

IDENTIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DA CIDADE DE PEJUÇARA/RS

MELLO, Jéssica Bronzatti¹; NOGUEIRA, Bárbara Tatiane Martins Vieira²;
VILLANI, Monique³.

Resumo: A presente pesquisa delimita-se em estabelecer definições de patrimônio e sua composição íntegra. Do mesmo modo busca demonstrar os potenciais históricos e seus reconhecimentos perante a cidade de Pejuçara/RS, através de bibliografia de campo. Esta última concepção ocorre por meio de questionário demonstrando a valorização dos mesmos perante a população local, compreendendo a importância dada por estes, sendo possível observar a necessidade de preservação e ações que busquem a valorização em relação aos bens ali situados, gerando reconhecimento destes pontos históricos que até hoje se fazem presentes na cultura do município.

Abstract: This research is delimited to establish heritage settings and its full composition. Similarly seeks to demonstrate the historical potential and their recognition before the city of Pejuçara / RS, through field bibliography. This latter conception occurs through a questionnaire demonstrating its recovery to the local population, understanding the importance given by them, and can see the need to preserve and actions that seek recovery for goods there situated, generating recognition of these historical sites which today are present in the city's culture.

Palavras- Chave: Histórico. Cultura. Educação. Memória.

Keywords: Historic. Culture. Education. Memory.

INTRODUÇÃO

A identidade das pessoas são formadas devido suas histórias de vida, suas famílias, seus hábitos, o local onde moram, o modo como se expressam e tudo aquilo que as tornam diferente das demais (IPHAN, 2007).

¹ Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo pela UNICRUZ. E-mail: jessica_bronzm@hotmail.com

² Professora Mestre de Arquitetura e Urbanismo da UNICRUZ e docente da disciplina de Projeto de Urbanismo III. E-mail: bvieira@unicruz.edu.br

³ Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo pela UNICRUZ. E-mail: monique_villani@hotmail.com

As pessoas fazem parte de diferentes grupos sociais, cujo alcance pode ou não ser local: o grupo da igreja, o grupo de fundadores da cidade, o grupo dos comerciantes, o grupo das mulheres, o grupo dos seringueiros, entre outros. Assim, durante sua vida, as pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em diferentes contextos e situações. (IPHAN, 2007).

De acordo com o contexto nota-se que a cidade de Pejuçara situada a noroeste do estado do Rio Grande do Sul possui um acervo histórico que relata sua colonização, seus hábitos e sua cultura local, esta que tem origem italiana e vem aos poucos perdendo sua identidade devido à falta de importância em relação aos pontos históricos que marcam a memória do município.

Com isto o presente trabalho busca identificar a partir os principais pontos históricos do município de Pejuçara/RS, realizado através de pesquisas com a população local, onde ocorre a classificação destes conforme o grau de importância dada aos mesmos, considerando seus valores históricos e culturais.

METODOLOGIA

Definição de Patrimônio

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, considera-se patrimônio bens de natureza material ou imaterial, móveis e imóveis, individuais ou coletivos, que são de grande importância para determinado local, grupo ou pessoas. Compõem a identidade dos mesmos devendo ser preservada devido seu valor histórico, cultural ou sentimental. O patrimônio cultural está relacionado aos costumes de determinados povos, suas tradições e hábitos onde o histórico é constituído por bens que representam uma determinada cultura.

Conforme o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2007), os bens imateriais fazem parte do patrimônio cultural através de tradições, expressões e o modo com que as pessoas vivem. Podem englobar uma vasto número de ações como linguagem, poemas, músicas, danças, festas, hábitos que são características primordiais da identidade de um determinado povo, sendo cultivado perante o tempo e passado as futuras gerações. Muitas vezes encontra-se dificuldade de classificar algo como patrimônio imaterial, pois a falta de algo tangível ocasiona certo questionamento sobre seu real valor.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, da sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2006).

Já os bens materiais são todos aqueles que possuem uma composição tangível, podem ser móveis ou imóveis, como vestuários, utensílios, monumentos, edificações, sítios arqueológicos, elementos naturais, entre outros, apresentando também um valor histórico para determinado local, seja pelo seu uso, presença ou representação de identidade, devendo também ser protegido. (CREA-SP, 2008).

Por isso, quando se pensa em conservar este patrimônio, é preciso ter em mente que o objetivo não pode ser simplesmente manter a dimensão material daqueles bens, mas sim manter os *valores* representados por aquele patrimônio. Afinal, vão ser aqueles valores que, em última instância, fazem com que aqueles bens sejam considerados parte do patrimônio cultural (CREA-MG, 2004).

Em contra partida o patrimônio é a memória mais profunda de uma cultura, é a identidade ali expressa de sua forma mais pura, é a permanência e valorização da história de um certo povo, sendo mantida para que as futuras gerações tenham este conhecimento, compreendendo sua importância e o presente em que se encontram. Este pode variar conforme sua história e valor sendo então classificado através de sua composição.

- Patrimônios arquitetônicos: geralmente são edificações que apresentam valor arquitetônico devido sua beleza estética, época e forma de construção, histórico, tipologia e uso. Muitas vezes são mais antigas ou projetadas por grandes arquitetos, apresentam importância para o local onde se situam, sendo muitas vezes ponto de referência, visitação e estudo;

- Patrimônios artísticos: as variadas obras de artes que muitos artistas compõem, podendo ser esculturas, pinturas, móveis, objetos e outros artefatos que podem variar conforme as regiões em que se localizam e são produzidos;

- Patrimônios naturais: bens que possuem um grande valor natural devido a fauna e flora que estão ali inseridas, sendo de grande importância para o equilíbrio ecológico do local, devendo por tanto serem preservados;

- Patrimônios Urbanísticos: aqueles em que o urbano possui uma grande importância e destaque para determinado local, seja devido sua estrutura, seu projeto ou composição;
- Patrimônio Paisagístico: preservação devido seu valor paisagísticos, onde a contemplação do local proporciona uso, estudo, visitação sendo importante para certa região onde este se localiza.

Por que Preservar?

A preservação ocasiona a valorização dos antepassados, a busca pelo conhecimento e compreensão do presente onde o indivíduo está inserido. É possível entender a identidade do local, sua cultura e importância através do tempo em relação aos dias atuais (CREA-SP, 2008).

A conservação de qualquer tipo de patrimônio permite a valorização do mesmo, sua contemplação, visitação e estudo onde as pessoas tenham noção de sua grandiosidade, do porquê está ali e deve ser preservado, onde a identidade de certos povos são mantidas e assim passadas as futuras geração, havendo uma conexão entre as pessoas e o bem.

A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. (IPHAN, 2007).

A questão da valorização dos bens patrimoniais devem ocorrer em análise ao tipo de bem que se quer preservar, sempre pensando qual a melhor forma para que isso ocorra, onde a integridade do mesmo não seja comprometida, considerando onde este se situa, a população que o rodeia e como é visto perante a sociedade, onde as pessoas participem e sintam-se responsáveis pela preservação.

Há variados métodos de preservação que variam conforme o bem a ser protegido, podendo ser por coleção onde há a valorização coletiva de bens, uso e manutenção, que de certa forma um local que é denominado patrimônio tem algum uso e com isso a manutenção é contínua ocasionando integridade do mesmo. Reconhecimento, uma forma de valorização

pois o bem passa a ser melhor cuidado e visto perante a sociedade, inventário, onde o mesmo permanecerá ileso, conservação e restauro, estes muito adotados em bens arquitetônicos e artísticos pois busca a conservação do mesmo para manter sua forma original e revitalização, em que o bem sofre mudanças que não alterem suas características principais, mantendo sua essência e identidade.

De acordo com Norat (2015), dentre os pontos possíveis de preservação o mais importante é a educação patrimonial, sendo esta fonte rica de conhecimento e informação, em que as pessoas quando tem conhecimento do bem que possuem por sua vez dão o valor merecido ao mesmo, protegendo e cuidando. A valorização de bens pode ocorrer por órgãos público ou particulares, mas se a população não tiver consciência da importância deste a iniciativa é quase nula, pois esta não ajudará na conservação, não dará a importância merecida e muitas vezes achará desnecessário tal acuidade.

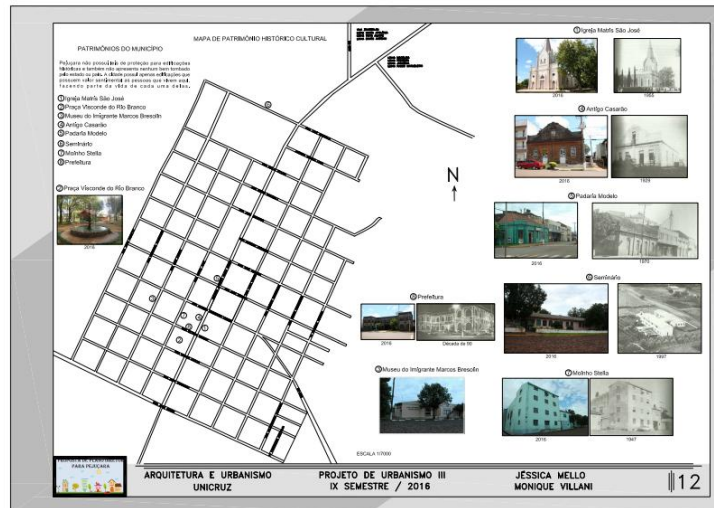
O momento em que as pessoas se sentem integradas no meio social e tem compreensão dos bens que às cercam, seu histórico, função e desenvolvimento, a valorização se torna maior, havendo preocupação em cooperar para que isto ocorra.

A principal forma de iniciar a educação patrimonial são ações que buscam esclarecer para a população o histórico do bem, seu uso, sua importância e porque deve ser preservado, ocorrendo através de oficinas, seminários, discussões, reportagens, mídias digitais, transpassando um conhecimento, havendo um desenvolvimento da conscientização de preservação independente do patrimônio.

Métodos

O trabalho pertinente à pesquisa é requisito básico para a aprovação da disciplina de Projeto de Urbanismo III, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – RS. O qual, a partir da elaboração de mapas temáticos realizado em um trabalho anterior, foi escolhido dar continuidade ao mapa de patrimônio cultural de Pejuçara (Figura 1), afim de aprofundar a pesquisa nos bens que não possuem nenhum tipo de proteção estando em más condições de restauração e assim comprometendo parte da história do município.

Figura 1 – Mapa temático de patrimônio cultural de Pejuçara



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

O método utilizado para a pesquisa foi a elaboração e aplicação de questionário (Figura 2), o qual consta uma lista de edificações importantes perante o histórico do município, onde o público questionado os numerou de forma crescente a partir do grau de importância de cada um, havendo também um espaço em que o participante poderia citar uma edificação que não constasse na lista.

Figura 2 – Questionário aplicado a população

- 1) Enumere de **01 a 10** as edificações de acordo com a importância histórica/sentimental para o município de Pejuçara:

-Moinho Furian ()
-Salão Paroquial ()
-Igreja Matriz São José ()
-Moinho Stella ()
-Casarão no centro da cidade / Zambra ()
-Prefeitura Municipal ()
-Seminário Divino Mestre/ CEBIP ()

Outro não citado? Qual?

Arquitetura e Urbanismo – Unicruz – Jéssica Mello e Monique Villani/ Obrigada!

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Localização do Município

Pejuçara está situada no planalto médio e possui aproximadamente cerca de 414km². Sua localização é de 385 km de distância da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. A população está próxima a 4.000 habitantes. Pejuçara tem como terra mãe o

município de Cruz Alta. É uma cidade conhecida como Terra da paz, da amizade, da religiosidade e da boa comida.

Breve histórico do município de Pejuçara -RS

Assim como todo o território Brasileiro, Pejuçara era habitada por índios até a chegada dos negros em 1844 devido ao combate dos Porongos, tendo sua população alterada e seus hábitos modificados. Os italianos vindos da Europa chegaram ao município em maio de 1899 modificando novamente o lugar, cultivaram terras e trabalharam na construção de ferrovias dando início ao processo de colonização do município. Os negros e os índios fugiram em busca de novas terras a dominar (ZAMBERLAM, 1999).

Conforme Zamberlam (1999), houve várias nomenclaturas ao município entre elas: Mombuca, Colônia Visconde de Rio Branco, Visconde de Rio Branco, Rio Branco, Morotim e somente no dia 29 de dezembro de 1944, a definição oficial do município, passou a ser Pejuçara. Que em tupi-guarani significa “Caminho das Palmeiras”.

Zamberlam (1999) afirma que a partir do empreendedorismo dos italianos o município começou seu desenvolvimento e expandiu-se. Surgiu as primeiras casas de comércio, escola, transporte e com elas as mudanças econômicas e sócio-políticas. Esta expansão motivou a população a organizar um movimento emancipacionista em 1965.

Em 15 de dezembro de 1965, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, criou a Lei nº 5.156, que originou o município de PEJUÇARA, Lei então assinada pelo governador do Estado Eng. Hildo Meneghetti. Em 15 de maio de 1966, ocorreu a instalação do município, tendo como interventor Hildebrando Rodrigues Floriano até o ano de 1968. Neste mesmo ano, se realizou a primeira eleição, e quem assume como primeiro prefeito eleito é Dary Bonamigo (ZAMBERLAM, 1999).

O desenvolvimento do município baseasse na agricultura e na pecuária, a qual tem por objetivo, a produção de leite, destacando-se também a bovinocultura e suinocultura. Na sua origem, as fábricas de aguardente, moinhos de pedra, caracterizavam o setor industrial do município. Hoje as atividades, destacam-se na indústria moageira e de móveis; pequenas empresas individuais e familiares, e prestadores de serviços.

Bens de Relevância Histórica no município de Pejuçara

A cidade possui várias edificações antigas que apresentam valor sentimental a população, fazendo parte da evolução do município e da vida de muitas pessoas que residem na cidade, porém não possui leis de proteção para edificações históricas e nenhum bem tombado pelo estado ou país.

Igreja Matriz São José

A primeira capelinha da sede, foi erguida no ano de 1911, ao lado foi feita uma escolinha, que depois serviu de Casa Canônica, quando ocorreu a criação da Paróquia em 1934. Aproximadamente no ano de 1925 foi construída a nova igreja, que acolheu a Paróquia São José, em 1934. Este templo sofreu com um ciclone que passou pela Vila, em 15 de dezembro de 1943, onde teve suas paredes laterais abaladas e parte destelhada. Após dois anos, em 1945, a igreja é novamente atingida por uma tempestade com pedras que causaram prejuízos, quebrando vidros, destelhando grande parte da igreja. O padre José Spoenlein tentou motivar a comunidade para a construção de um novo templo, mas não conseguiu. Foi após uma visita do Bispo de Santa Maria onde viu os riscos para a população em frequentar um templo em péssimas condições que resolveu autorizar a construção, criando camisões para início de trabalho. Toda a empreiteira de demolição e construção contou com o trabalho, em mutirão, das famílias da capela e da Sede. O templo foi inaugurado em 1955 (ZAMBERLAM, 1999).

Salão Paroquial

O Pe. Pedro Rubin assumiu a paróquia no dia 02 de fevereiro de 1962 o qual construiu o amplo salão Paroquial do município, dedicando-se inteiramente a evolução da cidade (ZAMBERLAM, 1999).

Prefeitura Municipal de Pejuçara

Na primeira administração de Paulo Zambra e Irinaldo Basso a Prefeitura Municipal do município em 1989 a 1992 construiu-se o atual prédio, cartão de visita da cidade. O projeto foi consabido na história da saga da imigração dos colonizadores destas terras com as

suas origens. A ideia arquitetônica está ligada ao período clássico das artes Romanas (ZAMBERLAM, 1999).

Casarão

Foi construída por Patrício Vedolin em 1926 que de carpinteiro passou a ser comerciante, a edificação foi erguida com intuito de sede, tendo como nome "Economia do povo". Patrício ficou ali de 1927 a 1934, depois resolveu se dedicar a pecuária, deixando o negócio ao futuro genro Antônio Pasin, que permaneceu um bom tempo a administrar os negócios da família. Em 1965 Carmen Santa Garbinatto Zambra comprou a edificação afim de se mudar para a cidade, pois morava no interior. Seu marido trabalhava no hospital militar, onde participou da 2ª Guerra Mundial, Carmen ficava muito sozinha por esse motivo resolveu vender seus 200 hectares de terras e habitar a cidade. A antiga economia do povo passou a ser comércio e moradia, mudando o nome para "A casa do Comércio". Carmen teve vários negócios naquele local, loja de roupas, bolicho, loja de 1 real, entre outros. Em 1990 resolveu encerrar suas atividades mudando para o município vizinho Panambi, onde reside até hoje. Deixou o Casarão para seus filhos como herança, mas no ano de 2016 fica sobre bem do filho Cezar Garbinatto Zambra o qual comprou a parte dos irmãos, o imóvel foi alugado sempre com o mesmo fim de moradia e comércio até hoje. A edificação é de extremo valor cultural para a população de Pejuçara, sendo a primeira casa construída na cidade e fez parte da vida de muitas famílias, as quais habitaram a edificação. Desse modo surge várias histórias que o povo conta, fazendo parte da construção do município (ZAMBERLAM, 1999).

Moinho Furian e Bergoli

Na década de 50 surge o Moinho Furian e Bergoli com capacidade de 50 toneladas/dia. Foi criado com o intuito de que a cultura do trigo se reafirma no município com alternativa de renda ao produtor, pois o transporte representa um significativo percentual nos custos finais de qualquer atividade, evitando a movimentação desnecessária do insumo de trigo. Hoje o Moinho ainda se encontra em funcionamento e na parte da frente assume uma padaria (ZAMBERLAM, 1999).

Moinho Stella e Cia

No ano de 1943, Guilherme Stella e Filhos montaram um estabelecimento comercial no município, onde funcionou o Clube Colonial e a casa comercial de Jacob Della Méa. Até 1947, os produtos adquiridos dos colonos eram transportados por carroças. Desse ano em diante, a firma investiu na mecanização, o primeiro caminhão Studbaker. Novos investimentos foram sendo feitos no final da década e, especialmente, na década de 50, como o engenho de aguardente, o engenho de arroz e o engenho de serra. Em 1959, foi criada uma sociedade moageira de trigo, envolvendo capitais das famílias Stella, Germano Macúglia e Olinto Dal Forno. A firma denominou-se Stella e Cia Ltda. A farinha de trigo foi lançada no mercado regional com as marcas São José, Flor (depois Flora) e Prima. A partir de 1963, a sociedade moageira ficou com a família Stella. Hoje ela não está mais em funcionamento (ZAMBERLAM, 1999).

Seminário Divino Mestre

A caminhada do povo de Pejuçara, com seus erros e acertos, mas com persistência de um povo cristão, atraiu a atenção da Diocese de Cruz Alta. Na visita pastoral de 23 a 31 de maio de 1978, o padre Jerônimo juntamente com Dom Jacó R. Hilgert, foram a comunidade das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Auxiliadora, onde surgiu uma ideia de comprar o prédio e o terreno para transformá-lo no Seminário Diocesano. Foi inaugurado o mesmo em 9 de março de 1980. Mais tarde em 1993 deu-se o início da construção do novo Seminário Divino Mestre, localizado próximo do Esporte Clube São Luiz. Hoje o antigo Seminário abriga a APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais) e atividades do CEBIP (Centro Educacional Público Iara Bergoli), passando a ser um prédio de fins educacionais (ZAMBERLAM, 1999).

Figura 3 - Painel de identificação dos bens de Patrimônio Cultural do município de Pejuçara/RS.



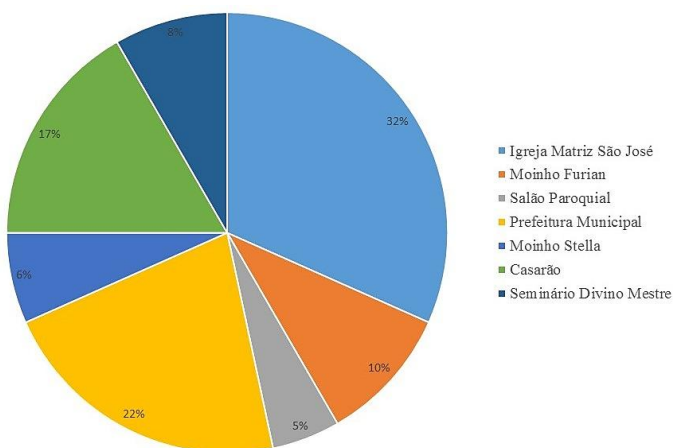
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Aplicação dos questionários

Posteriormente a aplicação dos questionários com sessenta (60) pessoas de diferentes faixas etárias e de ambos os sexos, realizou-se a elaboração de gráficos afim de esclarecer com mais nitidez o resultado obtido.

No gráfico 1 consta as edificações listadas no questionário e qual foi o percentual obtido entre as 60 pessoas que participaram, apresentado numa escala de porcentagem.

Gráfico 1 - Porcentagem de pontuação dos bens de relevância histórica.



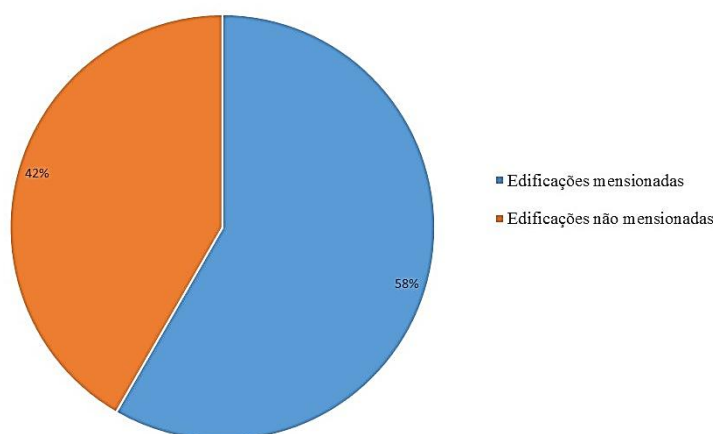
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Através deste gráfico é perceptível que a igreja Matriz São José foi considerada a mais importante com 32% dos votos, em segundo lugar com 22% a Prefeitura Municipal, em terceiro com 17% Casarão sendo a primeira residência do município. Após com 10% Moinho

Furian, o Seminário Divino Mestre com 8%, Moinho Stella com 6% e em último, mas não menos importante o Salão Paroquial com 5% dos votos.

Após análise dos questionários e das respostas percebe-se que cerca de vinte e cinco (25) pessoas sendo 42% dos participantes, mencionaram edificações as quais não constavam na listagem elaborada pelas autoras, atingindo os percentuais demonstrados no gráfico 2.

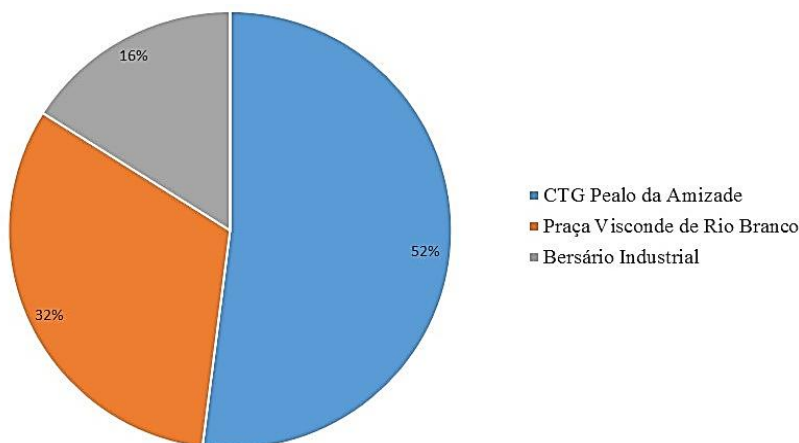
Gráfico 2 - Porcentagem de bens culturais enumerados e não enumerados.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

No gráfico 3 consta as edificações não listadas, mas mencionadas pelos vinte e cinco (25) participantes, sendo o CTG Pealo da Amizade o mais votado com 52%, o Berçário Industrial com 16% e a Praça visconde de Rio Branco com 32% (Figura 4), estas consideradas importantes pontos históricos do município.

Gráfico 3 - Porcentagem de bens mencionados pelos participantes.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Figura 4 – Painel com as edificações mencionadas pelos participantes



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Através do trabalho elaborado nota-se a importância da valorização de patrimônios históricos e culturais, independentemente de seu tipo, pois todos fazem parte do histórico das cidades, estados e países, relatando uma identidade, cultura e história, ajudando a contar tudo o que foi vivido e presenciado em diferentes épocas até os dias atuais.

Percebe-se que a população pejuçarense também considera importante as edificações históricas e que algumas delas representam parte da vida dessas pessoas, as quais possuem grande orgulho e satisfação de mencioná-las como patrimônio do município. Porém, é perceptível as variadas opiniões na classificação das edificações, tendo particularidades perante as escolhas.

Dessa forma compreende-se a importância do município de Pejuçara implantar leis que protejam, preservem e recuperem estes patrimônios, não permitindo que o tempo deteriore estes e que a cultura se perca. Há necessidade dos órgãos administradores iniciarem movimentos de incentivo à conscientização da população através da educação patrimonial, pois esta desconhece sua história e dos bens que as cercam, não valorizado e respeitando. É de grande urgência que ocorra esta valorização do patrimônio municipal, pois este além de se escasso vem com passar dos anos se perdendo podendo chegar a extinção, ocasionado por fim, a perda da identidade local, onde as futuras gerações não terão entendimento do passado e do presente em que se encontram.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf> Acesso em: 23 de junho de 2016.

CREA-MG. Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidade uma herança para o futuro. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/publicacoes/Cartilha/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural.pdf>> Acesso em: 28 de junho de 2016.

CREA-SP. Patrimônio histórico: como e porque preservar. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf> Acesso em: 25 de junho de 2016.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://www.pejuicara.rs.gov.br/paginas/historico>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

IPHAN. Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/.../13767633911715480676.pdf>> Acesso em: 01 de julho de 2016.

NORAT, Rosane. Curso de extensão em aperfeiçoamento em gestão cultural: patrimônio cultural material e imaterial. Belém, 2015. Disponível em: <http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=/175047/mod_page/content/12/Patrimonio%20Cultural_Roseane%20Norat%20rev.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

UNESCO. Convenção para a salvaguardar do patrimônio cultural imaterial. 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2016.

ZAMBERLAM, Jurandir. Pejuçara: Centenário da Imigração Italiana, 1899-1999. Passo Fundo: Ed. Berthier, 1999. 336p.